

DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS NA FAIXA DE FRONTEIRA AMAPAENSE: O CASO DO MUNICÍPIO DE PRACUÚBA.

Magno José Távora de Mendonça
Universidade Federal do Amapá
Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional
E-mail: mjtavora@uol.com.br

Jadson Luís Rebelo Porto (UNIFAP)
Universidade Federal do Amapá
Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional
Rod. Juscelino Kubitschek, KM-02 - Jardim Marco Zero
CEP 68.902-280 - Macapá - AP - Brasil .
E-mail: jadsonporto@unifap.br.

RESUMO

A atuação do Governo Federal foi de fundamental importância para a organização espacial e para a gestão do espaço fronteiro amazônico, principalmente com a sua inserção em um mundo globalizado, com redes conectadas em diversos níveis e a inserção da gestão ambiental na organização espacial regional. O município de Pracuúba foi criado político-administrativamente sob um cenário contraditório de promessas e de esperanças de desenvolvimento, sem uma articulação entre os poderes municipais da região, cuja dinâmica sócio-econômica encontra-se inclusa no circuito inferior da economia, embora se localize na faixa de fronteira amazônica. Este trabalho visa analisar as dinâmicas socioeconômicas deste município localizado na faixa de fronteira amapaense, considerado pequeno, porém com uma fluidez de suas interações espaciais embasadas e estimuladas pela porosidade desta faixa, onde relações não oficiais são latentes.

Palavras-Chave: Cidade pequena; Faixa de Fronteira; Amapá.

THE SOCIAL ECONOMIC DYNAMICS ON THE FRONTIER LINE OF THE STATE OF AMAPÁ: AN ANALYSIS ON THE PRACUUBA COUNTY.

ABSTRACT

The Brazilian Federal Government played a pivotal and fundamental role towards the geographical organization and frontier management of the Amazonian border lines. Especially on twenty first century globalized world, where multi level interconnectivity and regional spacious environmental management are becoming more evident. The Pracuuba County was organizationally and politically created under a contradictory scenario in which promises and hopes of local development failed to be fulfilled, orchestrated in a scenario of no connectivity with regional municipal powers which despite its frontier geographical position faces today a rather underdeveloped local economy. The efforts contained herein, analyze this county's social economical dynamics considered by many small, yet due to its strategic geographical position and its economic porosity poses an arguable relevance to latent non official relations.

Key words: Small City, Border Line, Amapá.

INTRODUÇÃO

A atuação do Governo Federal foi de fundamental importância para a organização espacial amapaense seja enquanto Território Federal (1943-1988), seja após a sua estadualização (1988). Com a Constituição Brasileira de 1988, novas diretrizes nos âmbitos político, econômico e político-administrativo foram executadas no Amapá. Tais condições têm retomado debates sobre a gestão do espaço fronteiriço amazônico, a partir de sua inserção em um mundo globalizado, com redes conectadas em diversos níveis e a inserção da gestão ambiental na organização espacial regional.

Ao se inserir a experiência do município de Pracuúba, observa-se que a sua gênese político-administrativa embasou-se sob um cenário contraditório de promessas e de esperanças de desenvolvimento, sem uma articulação entre os poderes municipais da região que favoreçam soluções conjuntas de desenvolvimento, sob qualquer perspectiva, onde sua dinâmica sócio-econômica do Pracuúba permite compreendê-la como eminentemente incluída no circuito inferior da economia, embora se localize na faixa de fronteira amazônica.

Este trabalho tem por objetivo analisar as dinâmicas socioeconômicas deste município amapaense considerado pequeno, porém com uma fluidez de suas interações espaciais embasadas e estimuladas pela porosidade da faixa de fronteira existentes, onde relações não oficiais são latentes. A disposição deste artigo é composta por dois tópicos assim estabelecidos: o primeiro aborda uma reflexão sobre a organização do espaço amapaense; o segundo debate as dinâmicas espaciais do município de Pracuúba.

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AMAPAENSE

A origem espacial dos Territórios no Brasil está no desmembramento de Unidades Federativas existentes (com exceção do Acre, que foi por anexação), que apresentavam grandes extensões, incluídas no contexto do discurso de "vazio demográfico" e em áreas fronteiriças que correspondiam àquelas que outrora foram conflituosas ou de posicionamento estratégico e foram efetivadas somente a partir do início do século XX¹.

A atuação do Governo Federal foi de fundamental importância para a organização espacial desses entes federativos, cuja magnitude do Estado é expressa nas relações econômicas internas e nas constantes redefinições políticas que as propostas de gestão do seu espaço, seja com Território Federal, seja como Estado (CHELALA, 2008). Os Territórios Federais foram resultados de ações que conduziram à formação de estruturas que envolveram relações de políticas econômicas que expuseram condições para atender as elites locais delimitando um espaço juridicamente definido, territorializando suas relações de poder (PORTO, 2003; 2006). Os Territórios Federais se mostraram extremamente dependentes ao Governo Federal, a sua principal característica institucional e político-administrativa e a sua instalação foi a primeira experiência de gestão territorial institucional do Governo Federal na Amazônia (PORTO, 2003).

Para o caso amapaense, Porto (2003; 2005a) sugere como motivos que contribuíram para a sua criação: Questões geopolíticas; a extração mineral, notadamente aurífera; a influência de políticos locais; a criação do Território Federal do Acre; as características regionais norte do Pará; a proposta pela Comissão Nacional de Redivisão Territorial na década de 1930; justificativa militar; a propaganda do interesse da defesa nacional; e jurídica (Constitucional). Sua transformação em Estado ocorreu com a Constituição de 1988, porém mantiveram-se algumas características do período de Território federal, tais como:

¹ Sobre os Territórios Federais, vide Medeiros (1944 e 1946); Mortara (1944); Benevides (1946); Temer (1975); Mayer (1976); Freitas (1991) e; Porto (2003).

dependência econômica ao Governo Federal (pelo Fundo de Participação dos Estados – FPE), a maior parte das suas terras são federais (89%) (PORTO, 2003).

Após a criação do Território Federal do Amapá, as ações dos setores privados e públicos na aplicação de investimentos que mais repercutiram no seu dinamismo espacial foram àqueles voltados à exploração das suas matérias primas, notadamente a mineral. Tais ações em muito colaboraram para o aumento do movimento migratório, à sua urbanização e à sua reorganização espacial (PORTO, 2003).

Inicialmente ocorre a formação e estruturação das atividades econômicas e a organização espacial amapaense, a qual foi embasada em uma propaganda de defesa nacional, mediante à ocupação da área limdeira por uma nova Unidade Federativa sui generis denominada de Território Federal. Foram criadas diretrizes políticas e administrativas desses entes federativos, implantadas infra-estruturas e estimuladas atividades econômicas pelo Governo Federal. Tal dinamismo ocorreu no período 1943-1970.

Posteriormente, tentou-se incluir nesses entes federativos atividades de planejamento espacial e econômico, sob a orientação do Decreto-Lei n. 411/692. No caso amapaense houve a indicação de três planos de desenvolvimento econômico, porém foi somente implantado o primeiro deles seis anos após a sua sanção. Nesses Planos, nota-se a necessidade de diversificar as atividades produtivas no Amapá, as quais tiveram forte impulso após o aumento do fornecimento energético pela Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes, em 1976 (PORTO, 2003).

Uma outra diretriz desse Decreto-Lei, foi a criação da figura do Vereador no cenário dos Territórios Federais, cuja primeira eleição ocorreu em 1986. Até essa data, o Amapá possuía somente 5 Municípios (Macapá, Mazagão, Calçoene, Oiapoque e Amapá). A partir de então, duas discussões se ampliaram no caso amapaense: a) o aumento das ocupações urbanas, principalmente em Macapá; b) e o aumento de municípios no Estado, passando de 5 para 9 municípios no ano seguinte àquela eleição, fechando o século XX com 16.

Com a Constituição Brasileira de 1988, novas diretrizes nos âmbitos político, econômico e político-administrativo foram executadas no Amapá (PORTO, 2003). Destaque deve ser feito ao uso e ocupação das terras amapaenses. Enquanto Território, as terras do Amapá eram da União, havendo áreas indígenas demarcadas e de proteção ambiental desde a década de 1960 e 1980, respectivamente. Após a sua estadualização, há seis esferas institucionais que devem ser levadas em consideração sobre o uso e a ocupação dessas terras: Inbra, Funai, Ibama, Exército, Marinha e do Estado.

Tais condições têm retomado debates sobre a gestão do espaço fronteiriço amazônico, porém com novos enfoques: a sua inserção em um mundo globalizado, com redes conectadas em diversos níveis e a inserção da gestão ambiental na organização espacial regional. Sobre a gestão e política ambiental no espaço amapaense, Porto (2005a) sugere que as primeiras preocupações do poder público com relação ao tema são remetidas aos primeiros anos após a criação do Território Federal do Amapá. Essas preocupações atuaram inicialmente na defesa do patrimônio mineral (a mina do manganês amapaense como reserva nacional, em 1946) e termina o século XX como proteção de extensas áreas, cujas atividades propagandísticas são o extrativismo vegetal e o ecoturismo.

No último decênio do século XX, houve uma concentração de sanções de diplomas legais no Estado do Amapá tiveram por finalidade de fornecer suporte legal à gestão ambiental a este Estado, normatizando o seu uso da potencialidade natural (BRITO, 2003). O biênio 2002/2003 se destacou pela execução de duas propostas de gestão do espaço amapaense, as quais não passaram por discussões pela sociedade amapaense: a criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (2002) e a criação do Corredor da Biodiversidade no Amapá (2003) (MONTEIRO, et.al, 2006).

² Este diploma legal indicou as diretrizes jurídicas para os Territórios Federais. A partir de então, esses entes federativos passaram a ter uma identidade institucional juridicamente definido.

Com a criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, novas discussões são realizadas sobre a organização e o uso do espaço amapaense (PORTO, 2005b), pois com quase 60% de áreas protegidas, este estado tem poucas terras estaduais para atuar (11%); Por outro lado, 12 municípios amapaenses possuem áreas protegidas que limitam o seu uso espacial, principalmente aos Municípios de Laranjal do Jarí (93,54% do seu território), Serra do Navio (72,33%) e Oiapoque (72,23%). Com isso, buscam-se alternativas econômicas que possam se adequar às realizadas locais, principalmente quando se refere aos aspectos municipais (PORTO, 2005a). Sendo que a ação do capital internacional na exploração dos recursos amapaenses tem atuado principalmente nos municípios de Macapá, Santana, Ferreira Gomes, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari, Santana, Serra do Navio e Tartarugalzinho.

Por outro lado, municípios que exercem atividades no setor agropecuário, garantindo alimentos com a pecuária, aproveitam as condições naturais do espaço amapaense (campos naturais e áreas alagadiças) para o bovino e bubalinocultura; a sua região lacustre e a foz do rio Amazonas como fornecedora de pescados também tem garantido alimentos para empresas extra-regionais do setor pesqueiro (ISAAC, et. al. 1998), bem como para os mercados amapaenses, da faixa de fronteira e da Guiana Francesa (MENDONÇA, 2009).

DINÂMICAS ESPACIAIS DO MUNICÍPIO DE PRACUÚBA

Na dinâmica amapaense que envolve os setores da pecuária extensiva, do extrativismo e da pesca, A região dos Lagos amapaenses, localizada no setor leste do Estado, se apresenta como um importante espaço de atuação socioeconômica. Abrange os municípios de Amapá³, Tartarugalzinho⁴ e Pracuúba⁵. A região apresenta uma morfologia heterogênea, pois diferentes paisagens constroem sua biodiversidade. Sua riqueza hídrica inclui lagos sazonais e perenes, bem como as águas do litoral oceânico, o que potencializa a região como grande produtora de pescado. A sazonalidade dos períodos de chuva faz com que os vastos campos naturais sejam inundados durante o primeiro semestre do ano para, em seguida, secarem pela ausência de chuvas durante parte do segundo semestre, evidenciando ainda mais os grandes lagos⁶ que compõem a região.

Complementarmente, na região existem 08 projetos de assentamentos rurais, assim distribuídos: 05 no município do Tartarugalzinho (Bom Jesus, Cedro, São Benedito, Nova Vida, Governador Janari); 02 em Amapá (Piquiá e Cruzeiro); e 01 em Pracuúba (Agrovila do Cujubim). Esses projetos, como a maioria dos assentamentos no estado do Amapá⁷, possibilitaram o acesso a terra sem, contudo, terem sido criadas as condições básicas para o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis⁸, gerando incipiente produção de atividades da agricultura familiar e intensificando práticas extrativistas. Além disso, destaca-se a ocupação de grande área da Região pela multinacional Amapá Florestal e Celulose (AMCEL), empresa produtora de cavacos de madeira.

O município de Pracuúba destaca-se no cenário da Região como sendo o município de menor contingente populacional, com 3.353 habitantes (IBGE, 2007), sendo aproximadamente metade dele vivendo em sua sede⁹. Além da sede municipal, destacam-se as comunidades de Breu, Flexal, Cujubim, Pernambuco e São Miguel. O espaço geográfico que define sua

³ Criado em 22 de outubro de 1901, pelo decreto nº 798 com uma área de 9.169 km².

⁴ Criado em 17 de dezembro de 1987, pelo decreto nº 7639, com uma área de 6.712 km².

⁵ Criado em 1º de maio de 1992, pela Lei nº 0004, com uma área de 4.979,1 km².

⁶ Destacam-se os lagos Novo, Comprido, Pracuúba, Bom Nome e Piratuba e Sacaizal.

⁷ Nos últimos vinte anos foram criados 30 assentamentos no Estado do Amapá (INCRA,2005).

⁸ Para os assentamentos da Região dos Lagos, a maioria das famílias "assentadas" reside nas sedes dos municípios ou em suas principais vilas, ou até mesmo em Macapá, capital do Estado.

⁹ Grau de urbanização: 47,3% (IBGE, 2007)

territorialidade político-administrativa pertencia ao município de Amapá. Assim, o Pracuúba faz fronteira ao norte e a leste com o município de Amapá, a oeste com o município de Calçoene e ao sul com o município de Tartarugalzinho e Ferreira Gomes.

A base econômica produtiva do município de Pracuúba está sob as orientações da pecuária extensiva bovina e bubalina, principalmente nas fazendas localizadas nas ilhas à leste do município, da pesca de interior e da agricultura familiar. Associado a essa base produtiva, nota-se a presença do pequeno comércio de produtos de primeira necessidade, de uma forte dependência do funcionalismo público, dos programas assistencialistas do Governo Federal e Estadual e dos repasses constitucionais.

No que se refere à sua gênese político-administrativa, Mendonça (2009) indica que tal fato ocorreu sob um cenário contraditório de promessas e de esperanças de desenvolvimento para as comunidades, mas sob a orquestra de seus representantes eleitos. Percebe-se, no Pracuúba, que o imaginário da democracia participativa ainda é ofuscado pelos anseios de representatividade historicamente arraigados nas relações políticas. Adicionalmente, observa-se a noção de desenvolvimento que sustenta as ações de criação-construção do município padece de dois reducionismos: pensar linearmente o desenvolvimento como crescimento econômico e, adicionalmente, limitá-lo na esfera geográfica do município.

Dito de outra forma, o desenvolvimento pensado e executado na dinâmica socioeconômica de criação-construção do município de Pracuúba limita-se à busca de crescimento econômico na amplitude espacial de seu recorte político-administrativo. Persiste a idéia de desenvolvimento econômico confinado às fronteiras jurídico-administrativas do município, demonstrado, por exemplo, pela total inexistência de ações, programas ou políticas públicas conjuntas com os municípios contíguos da Região dos Lagos. Não existe qualquer ação articulada entre os poderes municipais da região que favoreçam soluções conjuntas de desenvolvimento, sob qualquer perspectiva. As políticas públicas e as ações de gestão territorial carecem ainda de transcender com novas territorialidades (HASBAERT, 2004) as fronteiras espaciais do município.

Neste sentido, Mendonça (2009) indica as seguintes justificativas para efetivar a criação deste município: A descentralização político-administrativa determinada pela Constituição de 1988, cuja criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios seriam regulamentados por lei estadual, com requisitos definidos em lei complementar estadual; A estadualização amapaense, ao estimular transformações políticas, econômicas e políticas-administrativas; A Constituição amapaense (1991), ao estabelecer uma consulta plebicitária visando à emancipação de 22 novos municípios no estado, dentre eles, Pracuúba (Destaque-se sobre isso, o fato de que se houver algum município a ser criado que não se integre a este rol de municípios, somente poderá ser efetivado com uma emenda constitucional); A intenção de descentralizar o governo do município de Amapá (de onde Pracuúba foi desmembrado) na região dos Lagos Amapaenses; Criação de mecanismos locais de gestão e de fornecimento de serviços públicos; O uso do discurso propulsor da reorganização espacial; e as expectativas de injeção de recursos financeiros pelo Fundo de Participação dos Municípios; de arrecadação local e; de outras fontes de recursos advindos da política de municipalização do Governo Federal.

Possuindo uma singularidade não exclusiva, pois pertencente a outro tecido - o amazônico-, o Pracuúba influencia e sofre influências de um contexto mais amplo, mesmo possuindo um caráter periférico oriundo da visão que hierarquiza lugares. Uma dessas influências advém da racionalidade moderna que considera ser pequeno sinônimo de atraso, de não desenvolvido. Para esses lugares, o importante seria a busca constante de se tornar "grande" a partir do acúmulo de riquezas advindas do crescimento econômico competitivo, marcado pelo aumento do consumo de produtos e serviços e por obras estruturantes de um moderno exógeno.

É evidente que as políticas públicas são norteadas por essa racionalidade que, ao buscar o imediatismo de resultados, findam por beneficiar as ilhas de prosperidade onde o retorno econômico e político é mais fácil e rápido. Isso realimenta e fortalece o caráter periférico de lugares como o Pracuúba, marginalizando-os com políticas públicas assistencialistas e residuais. Localmente, com mostras de resistência, são incorporadas pela administração pública e por sua gente as condições de atraso e de periferia impostas pela hierarquia econômica, que passam a agir nessa mesma direção, em nível das ações administrativas locais.

Contudo, a criação-construção do município possibilita uma dimensão pedagógica para o exercício edificador da cidadania. Fortalece-se, com a emancipação do Pracuúba, a possibilidade do exercício-aprendizado político da participação popular, ainda que com características de dependência do poder municipal. Dessa forma, cria-se um ninho de tensões e conflitos para o exercício de cidadania participativa onde, mesmo sendo incipiente sua força na rede política do Estado, faz parte e tem parte nela.

A dinâmica socioeconômica do Pracuúba se constitui, assim, um processo que possibilita o aumento da complexidade de seu território, tornando-o, ainda que timidamente, mais híbrido e flexível, e mergulhando-o mais profundamente, ainda que periférico, em um sistema de rede de múltiplas influências que, por um lado o conecta abrindo novas possibilidades de territorialidades e, por outro, permite enxergar o grau de isolamento e exclusão que o desconecta, mantendo muitas das promessas de desenvolvimento e de melhoria da qualidade da vida, inacessíveis ou ilusórias. Nesse sentido, a gestão pública no Pracuúba precisa criar estratégias que permitam migrar de uma relação de dependência periférica para uma rede tensionada, onde autonomia e dependência são fios de um mesmo tecido.

Nesse exercício, dentro de um cenário de transformações e permanências, se insere também a dinâmica construtiva da pequena cidade sede do município de Pracuúba. Ao enxergá-la mais especificamente, a paisagem e o cotidiano da cidade permitem identificá-la como uma pequena cidade ribeirinha (TRINDADE JÚNIOR, 2008; OLIVEIRA, 2006) localizada às margens de um rio e de um grande lago sazonal, fonte de subsistência, porém também com forte dependência da estrada que define, inclusive, seu padrão de organização espacial. Constitui-se uma pequena cidade com baixa complexidade urbana, sob a ótica do quantitativo populacional, da extensão espacial e das funções urbanas que exerce, caracterizada por ser um pólo aglutinador das comunidades que lhe são próximas, ainda que compartilhando essa função com as cidades dos municípios contíguos de Tartarugalzinho e Amapá. Sem centralizar as atividades socioeconômicas do conjunto do município, a sede do Pracuúba serve de referência à identidade espacial local.

Outra identificação possível para a cidade de Pracuúba surge quando se olha o quadro fundiário em que se encontra o município. Não existem terras sob domínio municipal. Desde 2007, a partir da transferência ao Estado das terras da União pelo Decreto nº 6.291, e sob os limites por ele estabelecidos, a área em que se encontra a cidade está sob jurisdição estadual através da coordenação do Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá (IMAP). Portanto, a emancipação político-administrativa do município está engessada pela questão fundiária fazendo com que algumas ações municipais, nessa esfera, estejam cobertas pelo manto da ilegalidade.

Complementarmente, livre de enxergar contradição entre os tecidos urbano e rural (TRINDADE JÚNIOR, 2008), a cidade do Pracuúba, por apresentar uma forte dependência de atividades agrárias e extrativistas, uma estrutura urbana pouco moderna, um modo de vida onde predomina o tempo lento (SANTOS, 2006), onde as pessoas moram no aglomerado, entretanto possuem uma articulação funcional e econômica muito mais com o campo, onde se acompanha também o ritmo da natureza, entre outros ritmos, pode-se classificá-la como uma cidade rural.

A análise da dinâmica sócio-econômica do Pracuúba permite compreendê-la como eminentemente inclusa no circuito inferior da economia (SANTOS, 2004). Entre os

diferentes elementos identificados no Pracuúba e que caracterizam esse circuito, observa-se: a carência de serviços públicos urbanos; as soluções de desenvolvimento são eminentemente de curto prazo, reativas e setoriais; não existem estratégias aglutinadoras e incentivadoras da formação de redes horizontais visando o desenvolvimento; as relações econômicas ocorrem baseadas hegemonicamente no trabalho intensivo, sem carteira assinada, com uso de tecnologias de baixa complexidade; a administração dos pequenos empreendimentos privados é simples e não burocrática; o crédito é pessoal e não-institucionalizado com incipiente presença de serviços bancários; inexistência de relação direta com o mercado exterior; a presença marcante de atravessadores na compra e venda de produtos; e uma produção local de base extrativista, sem agregação de valor e com tendências a sobre-exploração dos recursos naturais.

Por outro lado, frente aos processos socioeconômicos que incluem o município no circuito inferior da economia, Pracuúba extrapola, ainda que timidamente e sem nenhum controle administrativo, suas fronteiras. As atividades extrativistas e a pesca de interior, o conecta com Macapá na qualidade de fornecedor de uma significativa quantidade de pescado. O mesmo se dá com a pecuária extensiva e de corte que contribui com o abastecimento do município de Oiapoque. Adicionalmente, identifica-se a participação do município na rede amapaense de transporte rodoviário através da BR-156 e no fluxo de mercadorias e pessoas; a participação interligada na rede de energia elétrica gerada pela Eletronorte e a participação na rede midiática (rádio, televisão, internet, telefone), além de constituir-se também um dos polos coalescente, ainda que precário, das funções urbano-rurais na região. Assim, o fato do município de Pracuúba e de sua sede serem pequenos não pode levar, automaticamente, a considerá-los simplesmente como locais, no seu sentido incapacitante ou aprisionador. Dessa forma, a magnitude e importância do Pracuúba no cenário econômico amapaense não podem ser desprezadas, principalmente quando adicionadas reconhecidas potencialidades do lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se observar que Pracuúba vivencia uma dinâmica socioeconômica assentada em sua gênese político-administrativa de um cenário de promessas e de esperanças de desenvolvimento; onde transformações e permanências convivem em um cenário de contradições de um mundo globalizado e conectado em rede; onde o tempo lento impera neste espaço; percebe-se que este município pode se apresentar como possibilidade de construir um desenvolvimento onde as pessoas exercitem a liberdade de ser e o direito de ter acesso aos meios que possibilitem uma qualidade de vida e da vida, dançando, também, ao ritmo e ao sabor da Amazônia.

Ao ser considerado pequeno, sob a visão clássica populacional, o impede de ser avaliado sob outros prismas. Contudo, sua posição geográfica na faixa de fronteira setentrional, próximo a um departamento ultramarino francês (logo, União Européia); na Amazônia; e produtora de alimentos (carne e pesca) obriga repensar a real condição deste município.

Suas transformações e permanências continuam sob as perspectivas das potencialidades. Contudo, considerando a porosidade da faixa de fronteira, essas potencialidades são efetivadas sem um controle da fluidez e da circulação de seus produtos oficialmente, embora elas existam de fato.

BIBLIOGRAFIA

BENEVIDES, M. **Os novos Territórios Federais** (Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã, Iguaçú): geografia história e legislação. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

BRITO, Daguinete M. C. **A construção do espaço público na gestão de unidades de conservação**: O caso da APA do Rio Curiaú/AP. Macapá: CDS/UNB/UNIFAP. 2003. Dissertação de Mestrado. Orientador: José A. Drummond.

CHELALA, Charles. **A magnitude do Estado na Sócio-Economia Amapaense**. Macapá: MINTEG/UNIFAP, 2008. Dissertação de Mestrado. Orientador: Jadson Luís Rebelo Porto.

FERREIRA FILHO, M. G. **Curso de Direito Constitucional**. 22^a ed. São Paulo: Saraiva, 1975.

FREITAS, Aimberê. **As políticas públicas e administrativas de Territórios Federais no Brasil**. Boa Vista, 1991.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ISAAC, Vitória; ARAÚJO, Ana Rosa; SANTANA, João Vicente. **A Pesca no Estado do Amapá**: Alternativas para seu desenvolvimento sustentável. Macapá: SEMA/GEA-BID, 1998

MAYER, L. R. A natureza jurídica dos Territórios Federais. In: **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, 125:15-41. Jul./set. 1976.

MEDEIROS, O. **Territórios Federais**: doutrina, legislação e jurisprudência. Rio de Janeiro: Nacional de Direito, 1944.

_____. **Administração Territorial** (Comentários, subsídios e novas leis). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

MENDONÇA, Magno José Távora de. **Transformações e Permanências socioeconômicas do Município de Pracuúba (AP) (1992-2008)**. Macapá: MINTEG/UNIFAP, 2008. Dissertação de Mestrado. Orientador: Jadson Luís Rebelo Porto.

MONTEIRO, Rodrigo M. G; COUTO, Magdiel Eliton Ayres; MELO, Luís Rodolfo P; PORTO, Jadson Luís Rebelo. As perspectivas da implantação do Corredor da Biodiversidade do Amapá. Macapá, 2006. **V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental**, Joinville (SC), 2006.

MORTARA, Giorgio. Os Territórios Federais recém-criados e seus novos limites. **Boletim Geográfico**. 2 (16) Jul., 1944.

OLIVEIRA, José Aldemir de. A Cultura, as cidades e os rios da Amazônia. In: **Revista Ciência e Cultura**, v. 58, n. 3, São Paulo Jul./set. 2006.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Amapá**: Principais Transformações Econômicas e Institucionais (1943-2000). Macapá: SETEC. 2003.

_____. **Aspectos da ação do estado na fronteira amazônica**: A experiência do Território Federal/Estado do Amapá. Macapá: Jadson Porto, 2005a. (Série Percepções do Amapá, v. 2).

_____. **Transformações espaciais e institucionais do Amapá**: Conflitos e perspectivas. Macapá: Jadson Porto, 2005b. (Série Percepções do Amapá; v. 3).

_____. **(Re)construções amapaenses**: 60 anos de transformações espaciais / Jadson Luís Rebelo Porto - Macapá: Jadson Porto, 2006. (Série Percepções do Amapá; v. 4).

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**. São Paulo: Edusp, 2004

_____. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2006.

TEMER, Michel. **Território Federal nas constituições brasileiras**. São Paulo: Revista dos Tribunais/EDUC, 1975.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro et al. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In: TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro; TAVARES, Maria Goretti C. (Orgs.). **Cidades Ribeirinhas na Amazônia – mudanças e permanências**. Belém, EDUFPA, 2008.